

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



NEOPROCESSUALISMO - SISTEMA MULTIORTAS

Autor(res)

Adriano De Souza Figueredo

Rafaela Soares Nunes

Sarah Teles Pereira

Híanny Souza Gama

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

Introdução

Ao discorrer sobre a relevância do neoprocessualismo no contexto atual, é fundamental contextualizarmos a evolução da doutrina processual ao longo do tempo e suas diferentes fases. A primeira delas, conhecida como sincretismo ou praxista, caracteriza-se pelo estudo do processo como um procedimento simples. Em seguida, surge a segunda fase, denominada processualismo científico, marcando o início do estudo da ciência do processo como um ramo autônomo. Posteriormente, na terceira fase, denominada instrumentalismo, estabelece-se uma relação de dependência entre o direito material e o direito processual. Essa progressão histórica é essencial para compreendermos a base e a evolução do neoprocessualismo e sua importância no cenário contemporâneo.

Objetivo

Almeja-se evidenciar o neoprocessualismo como uma abordagem atual do direito que se concentra em aplicar os princípios fundamentais da Constituição Federal no contexto do processo civil, priorizando a efetividade, celeridade e acesso à justiça, incluindo métodos alternativos de resolução de conflitos através do sistema multiportas.

Material e Métodos

Para o propósito desta análise, usou-se uma pesquisa bibliográfica detalhada para explorar e discutir diversos elementos cruciais relacionados ao neoprocessualismo. Com ênfase na quarta fase evolutiva desse movimento, englobando a complexidade e a importância do sistema multiportas em contextos jurídicos contemporâneos. Essa análise, embasada em fontes confiáveis e atualizadas, visa fornecer uma visão abrangente e fundamentada sobre esse importante tema no campo jurídico.

Resultados e Discussão

Desse modo, a quarta e atual fase é caracterizada principalmente pela importante ligação com o neoconstitucionalismo. Nesse sentido, sob a ótica neoprocessualista, deve-se promover a concretização dos direitos fundamentais expressos na Constituição Federal (CF) de 1988.

De acordo com o artigo primeiro do Código de Processo Civil, Lei n.º 13.105/2015:

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



“Art. 1º - O Processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando as disposições deste Código.”

Além disso, diante do alto volume de demanda judicial, o neoprocessualismo introduziu o sistema multiportas, que se refere a meios alternativos de solução de conflitos, como a conciliação e a mediação. Estes meios devem ser estimulados, visando a promoção da resolução consensual de conflitos e a efetividade do processo, adaptando-se às demandas da sociedade contemporânea.

Conclusão

Em suma, podemos depreender que o neoprocessualismo é um estágio de progresso na doutrina processual, ligada ao neoconstitucionalismo. Destaca-se pela busca da concretização dos direitos fundamentais da CF de 1988. Ele também introduziu o sistema multiportas, promovendo meios alternativos de solução de conflitos, trazendo celeridade e economia processual. Assim, o sistema multiportas busca aliviar a sobrecarga do Judiciário e promover soluções eficientes às partes envolvidas.

Referências

O NEOPROCESSUALISMO E O NOVO CPC. Jusbrasil.com.br, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-neoprocessualismo-e-o-novo-cpc/316080045>. Acesso em: 19 de março de 2024.

MISAKA, Marcelo Yukio. Neo constitutionalism, new science procedural, code of consumer and crisis of justice, . Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b937384a573b94c4>. Acesso em: 19 de mar. 2024.

PINTO, Henrique Alves, ALVES, Giselle Borges. O neoprocessualismo e o código de processo civil brasileiro de 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Cad-PPGDir-UFGRS_v.13_n.2.15.pdf. Acesso em: 19 de mar. 2024.